

20 OUT 1987

Para onde deveria caminhar o Brasil

FOLHA DE SÃO PAULO

ABRAM SZAJMAN

Amc

P.3

A questão que hoje deve ser colocada é para onde deveria caminhar o Brasil. Como é próprio de uma sociedade jovem, a brasileira está fragmentada em facções e subfacções, tendências e subtendências, grupos e subgrupos, mesmo no interior de entidades que, em tese, deveriam ser mais homogêneas, como os partidos políticos; mesmo no interior do próprio governo, onde ministros discordam entre si, quando não discordam do presidente.

É bem verdade que na Assembléia Nacional Constituinte homens e mulheres de boa vontade tentam composições que, em alguns casos, se concretizam em termos de redação a ser dada a este ou àquele dispositivo do texto constitucional em gestação. Os brasileiros percebem porém, aqui de fora, que se trata de entendimentos políticos limitados ao âmbito parlamentar —quando não são barganhas ou jogos de pressão— sem maior penetração na sociedade como um todo.

Não dispomos, ainda, de dados sólidos para identificar para onde caminha o Brasil. No estágio em que está, o projeto da nova Constituição, na sua prolixidade, na sua abrangência irrealista e detalhismo descabido, invadindo o campo das leis ordiná-

as, torna ainda mais problemática a definição de um rumo nítido. Sendo assim, como exercício de uma reflexão do que seria um Brasil desejável por todos, que se fixem alguns pontos fundamentais. A começar pela consolidação da democracia.

O país tem de ultrapassar o estágio dos regimes de tutela, sejam estes severos, repressivos, paternalistas, populistas, demagógicos, ideológicos ou o que forem. Somos um povo que precisa aprender a ser livre. A liberdade entendida como a aquisição de direitos e aceitação de deveres. A democracia é uma ordem, com a vantagem sobre as demais ordens de ser consentida popularmente e não imposta por indivíduos, partidos, classes ou oligarquias. O fato de ser consentida, pelo voto do povo, não significa que deixe de ser uma ordem, regida por leis que devem ser obedecidas por todos, sem exceção, sem privilégios, sob pena de a sociedade não funcionar.

Por esse rumo deveria caminhar o Brasil.

Segundo ponto: a consolidação da economia de livre iniciativa. Não se trata, aqui, de uma referência setorial, mas da constatação, apoiada por inúmeros exemplos históricos, de que é o regime mais qualificado para assegurar o desenvolvimento, ativar a economia, aumentar a produção,

criar empregos etc. A participação estatal no processo econômico deve ser urgentemente limitada.

Terceiro ponto: implantação, no capitalismo brasileiro, de uma forte consciência social. O lucro —indiscutivelmente legítimo, até porque possibilita investimentos e a ampliação da atividade econômica— não pode ser o único fim do sistema de livre iniciativa. “Consciência social” é, sem dúvida, um conceito amplo. Mas alguns temas precisam ser retidos, como a remuneração adequada do trabalho, para que o assalariado possa ter uma vida digna e também para que se transforme num consumidor e contribua para o fortalecimento do mercado interno; a segurança do emprego. Não se pode admitir, num capitalismo moderno e adulto, o recurso à demissão como primeira providência quando surgem dificuldades. O achatamento salarial e o desemprego são o caldo de cultura das agitações sociais e uma das razões dominantes pelas quais os trabalhadores, muitas vezes, são sensíveis aos apelos das teorias estatizantes ou francamente totalitárias.

Por este rumo deveria caminhar o Brasil.

Quarto ponto: retomar o desenvolvimento. A recessão, como política

econômica, vem sempre carregada de perigos. Para empresários, trabalhadores, para todos. É certo que há questões graves a equacionar na dosagem da atividade econômica, tanto quando esta “explode”, quanto quando se retrai exageradamente, mas a fixação de limites tão baixos que impeçam a absorção no mercado da mão-de-obra nova que nele ingressa todos os anos, pelo simples crescimento da população, ou que impossibilitem os investimentos compensadores etc., essa fixação deve ser evitada a todo custo, por suas implicações negativas não apenas econômicas, como também políticas e, sobretudo, sociais. A dosagem correta do crescimento deve ser uma prioridade indiscutível.

Por esse rumo deveria caminhar o Brasil.

Se os quatro pontos enumerados fossem os marcos dominantes de nossa Constituição, estariam sendo atendidos os anseios mais urgentes do povo brasileiro, a Carta seria mais concisa e duradoura e, talvez, não necessitasse de emendas ou alterações. Porém, mais do que tudo isso, um documento para ser respeitado.